

**Conceitos para pensar as imigrações, velhos e novos**  
*Old and new concepts for thinking about immigration*  
*Conceptos para pensar las inmigraciones, viejos y nuevos*

**Regina Weber<sup>i</sup>**

**Resumo:** Os conceitos e noções que têm estado presente na agenda dos estudos de imigração estão vinculados a correntes interpretativas as quais, se gozam de prestígio em dado contexto, podem, posteriormente, sofrer contestação por parte de novas gerações de pesquisadores que buscam afirmar suas próprias interpretações. Neste artigo, intenta-se revisar a potencialidade de alguns conceitos, acompanhando parcialmente seu destino acadêmico, e pôr em debate algumas noções e interpretações com as quais pesquisadores contemporâneos demarcam posições no campo dos estudos migratórios.

**Palavras-chave:** Assimilação. Estudos migratórios. Imigração. Transnacional

**Abstract:** The concepts and notions that have been present in the agenda of immigration studies are linked to interpretive currents which, if they enjoy prestige in a given context, may later be challenged by new generations of researchers who seek to affirm their own interpretations. In this article, we try to review the potentiality of some concepts, partially accompanying their academic destiny, and to put into debate some notions and interpretations with which contemporary researchers demarcate positions in the field of migratory studies.

**Keywords:** Assimilation. Immigration. Migratory studies. Transnational

**Resumen:** Los conceptos y nociones que han estado presentes en la agenda de los estudios de inmigración están vinculados a corrientes interpretativas que, si gozan de prestigio en un contexto dado, pueden posteriormente sufrir contestación por parte de nuevas generaciones de investigadores que buscan afirmar sus propias interpretaciones. En este artículo, se intenta revisar la potencialidad de algunos conceptos, acompañando parcialmente su destino académico, y poner en debate algunas nociones e interpretaciones con las que los investigadores contemporáneos demarcan posiciones en el campo de los estudios migratorios.

**Palabras clave:** Asimilación. Estudios migratórios. Inmigración. Transnacional

Quais são os conceitos que norteiam os estudos de imigração? Quais os conceitos que amparavam anteriormente tais estudos e quais os que estão na agenda mais recente dos pesquisadores? O tema é amplo se considerarmos tanto as grandes migrações do

século XIX e as mobilizações de seus descendentes quanto as migrações contemporâneas, e diz respeito à inúmeras áreas das ciências humanas.

Recuando à primeira metade do século XX, certamente o conceito mais fecundo era o de *assimilação*. Já sabemos que este conceito passou a ser alvo de críticas na segunda metade do século XX, quando se desenvolveram um conjunto de teorizações a partir da observação do fenômeno étnico em sociedades urbanizadas. Vamos rever os aspectos principais da teoria da assimilação através de um dos artigos de Giralda Seyferth, no qual ela assinala a definição exposta por Robert Park na década de 1930, cujo foco era sobretudo a imigração europeia para os Estados Unidos:

Park refere-se à assimilação como "nome dado aos processos pelos quais povos de diversas origens raciais e diferentes heranças culturais, [...] adquirem uma solidariedade cultural suficiente para sustentar uma existência nacional." Considera-o um conceito mais político do que sociológico - possivelmente dadas as implicações em termos da formação do Estado-nação - e um processo difícil de mensurar empiricamente. Por outro lado, as alusões à mudança cultural têm sentido bem preciso: supõem que as diferenças de cultura, mentalidade, etc., são superáveis ao longo da incorporação gradual dos imigrantes à sociedade mais ampla, mas também influenciando-a. Segundo Park, apesar da primeira geração de imigrantes manter sua "autoconsciência nacional", limitativa da assimilação, a segunda geração acaba por integrar-se à vida comum econômica, aceitando os costumes sociais, as ideias e as lealdades políticas do país adotivo (SEYFERTH, 2000, p. 8).

Park também entendia que traços físicos, as marcas raciais, podiam ser obstáculos à assimilação, o que deixava à parte os imigrantes asiáticos e os negros “que em mais de trezentos anos não foram assimilados, permanecendo, segundo seus termos, uma ‘raça estrangeira’” (SEYFERTH, 2000, p. 8).

Observando autores que empregaram a noção de assimilação para refletir sobre o Brasil, mais especificamente Willems e Manuel Diegues (em 1951 e 1964, respectivamente), Seyferth (2000, p. 2) reproduz seus argumentos os quais estão resumidos abaixo:

- Processo no qual os grupos alienígenas devem desaparecer – metaforicamente “diluídos”, “absorvidos”, “digeridos” – na sociedade dominante luso-brasileira;
- A existência de minorias não é admitida na discussão pública dos problemas de assimilação;
- As possíveis influências culturais dos imigrantes e seus descendentes estão contidas na vaga ideia de “contribuição” em benefício do país adotivo;
- Visão idealizada do *melting pot*<sup>ii</sup>;
- A assimilação é claramente associada a mecanismos de desenvolvimento econômico e mobilidade social, em situações de contato interétnico.

Por esta sumarização percebemos que Seyferth pertence a uma geração de antropólogos que incorporou uma visão crítica da teoria da *assimilação*. No artigo, ela relativiza as posições de Willems, reconhecendo que ele “distanciou-se das analogias orgânicas e das certezas assimilacionistas do nacionalismo brasileiro” (SEYFERTH, 2000, p. 10), tendo introduzido a noção de aculturação.<sup>iii</sup> Por outro lado, a autora observa que Willems retratou a população teuto-brasileira como socialmente desajustada e dividida entre duas culturas, sem perceber nesse fenômeno de ambivalência a configuração de uma identidade étnica teuto-brasileira (SEYFERTH, 2000, p. 11). Ou seja, informada pelos revigorantes estudos de etnicidade, Seyferth destaca a positividade da elaboração de uma nova identidade étnica.

Referendando posturas hegemônicas, a expressão *assimilação* já chegou a ser sinônimo de *americanização* dos imigrantes nos Estados Unidos. Buscando contornar esta excessiva simplificação, Milton Gordon, em 1964, distinguiu três significados do termo: a) adequação às práticas do grupo dominante, b) o “cadinho de raças” (*melting-pot*), o amálgama dos grupos, c) pluralismo, minoria assemelha-se à maioria em vários aspectos ao mesmo tempo em que mantém elementos de culturas distintas (BANTON, 2000, p. 84). Banton, igualmente questionando a noção de “assimilação”, afirma que a mudança étnica tanto pode se direcionar para a assimilação quanto para a diferenciação, e que não se pode pressupor “que a minoria irá se adequar aos modos da maioria e que a própria maioria, ao absorvê-los, não sofrerá mudanças também” (BANTON, 2000, p. 85).

Para Seyferth, as reelaborações do conceito de assimilação introduzidas na década de 1950 foram uma “aparente renovação”, no que ela inclui a noção de *absorção* dos imigrantes desenvolvida por Eisenstadt, autor que tanto reconhece a “estrutura pluralista” nas sociedades que recebem imigrantes quanto expressa temor de possíveis dissensões étnicas no interior do Estado-nação (SEYFERTH, 2000 p. 12).

Gostaria de retomar o livro de Eisenstadt, *The absorption of immigrants*, e ver o que dele podemos extrair para orientar nossos estudos sobre imigrantes. Suas interpretações de que o processo de migração envolve algum grau de “de-socialização” e resocialização, e sua descrição das fases do processo de absorção pelo país de recepção (EISENSTADT, 1954, p. 6-8) podem ser aplicadas a determinadas situações por nós pesquisadas. O autor não atribui apenas ao imigrante a responsabilidade pela absorção, pois anota que se deve considerar as condições da sociedade receptora (EISENSTADT, 1954, p. 11). O texto, como Seyferth apontou tem ambiguidades. Em um momento, Eisenstadt afirma que “A completa perda de identidade destes grupos [imigrantes] dentro

do sistema social absorvente é o melhor índice da completa absorção”; em outro reconhece que, em casos de imigração em larga escala, desenvolve-se uma estrutura pluralista, na qual diferentes grupos imigrantes mantêm algum grau de identidade separada (EISENSTADT, 1954, p. 13, 15).

Eisenstadt denomina aqueles grupos imigrantes que permanecem reproduzindo aspectos específicos de sua cultura como *ethnic groups*, operando, portanto, com a noção de “grupo étnico” quinze anos antes do texto clássico de F. Barth, de 1969. Para Eisenstadt as atividades (associações culturais, festivais) que expressam a identidade do grupo, “não servem apenas como foco da tradição, mas como canais de comunicação com a sociedade absorvente” (EISENSTADT, 1954 p. 18). Esta constatação encontra eco em pesquisas no sul do Brasil: no início da década 1950, várias entidades étnicas, tais como Colônia Polonesa, Floresta Aurora, União Sírio-Libanesa, faziam noticiar suas festividades no principal periódico local, o Correio Serrano, fazendo de Porto Alegre uma sociedade pluralista (WEBER, 2008).

Ao comentar a adesão da antropóloga Eunice Durham à noção de absorção, Osvaldo Truzzi registrou uma versão alternativa do uso dos termos assimilação/absorção: “Nessa concepção, a noção de assimilação do imigrante encontra-se ancorada a noções mais dinâmicas de mobilidade social e de mudanças na sociedade” (TRUZZI, 2012, p. 527).

Há situações para as quais os conceitos de assimilação ou de absorção podem ser operativos: como justificar, no caso do Rio Grande do Sul, o menor número de organizações étnicas de espanhóis e portugueses, se comparado, por exemplo, ao de alemães e italianos? É certo que os censos demográficos das primeiras décadas do século XX deixam portugueses e espanhóis em posição numérica menor entre os “estrangeiros”, mas, e a identidade entre os descendentes? No avançar do século XIX, espanhóis e portugueses continuaram a chegar ao Brasil, agora como imigrantes. Várias são as razões para a relativa pequena expressão étnica espanhola e portuguesa no Estado (WEBER, 2012), mas não se pode desconhecer o papel da assimilação, certamente facilitada por um passado ibérico comum. Narrativas sobre jovens espanhóis de segunda geração, principalmente da área urbana, mostram o esforço individual para tornar-se “brasileiro” (BRUM, 2013), em outras palavras, para ser assimilado, mesmo que a pertinência ao grupo espanhol subsista de outras formas.

Prosseguindo na revisão das contribuições teóricas de décadas passadas, os anos 1970, em termos de países de língua inglesa, foram muito fecundos para os estudos

étnicos, e o conceito de etnicidade pode ser visto como o aporte contemporâneo mais importante para os estudos de imigração, sendo, com o passar do tempo, bem recebido no campo da história. A obra que, segundo Truzzi (2012, p. 529), assinala a mudança de tom com relação à assimilação, defendendo a persistência de identidades étnicas na sociedade americana, é a dos autores Glazer e Moynihan, a qual abriu espaço para uma nova perspectiva para avaliar os diversos grupos imigrantes. Um resumo das críticas ao conceito de assimilação foi assim exposto pelo autor:

A partir dos anos setenta, o modelo de assimilação foi contestado e criticado na literatura americana – desde Glazer e Moynihan (1963) até Conzen et alii (1992), entre muitos outros – pelos pluralistas, que o julgaram como irrealista na prática e, ademais, politicamente incorreto, devido a seu pressuposto etnocêntrico e “anglo-conformista” de definir (ou subentender) o que seria o *mainstream* americano (Persons, 1987; Kazal, 1995). Objeto de intensa polêmica, alguns chegaram a declarar como “morto” o próprio conceito de assimilação (Glazer, 1993). De modo simplificado, desde então, as posições se cristalizaram segundo a dicotomia “assimilacionistas” versus “pluralistas” (TRUZZI, 2012, p. 518).

A alternativa assaz expressiva para os estudos imigratórios foi o texto seminal de Fredrik Barth, “Grupos étnicos e suas fronteiras”, de 1969, com um conjunto de noções que foram se tornando imprescindíveis nas ciências humanas: fronteiras, categorias, atribuição, identidade étnica, distinções, interação, etc. Ao fazer a crítica aos estudos sobre aculturação, Barth explica que a persistência de grupos étnicos em contato com outros grupos é possível através de critérios e sinais de identificação e de uma estruturação da interação que permite a persistência das diferenças culturais (BARTH, 1998, p. 191, 196).

Ainda no contexto da década de 1970, um autor tomou posição a favor da noção de assimilação, enfatizando a ocorrência deste processo, simultaneamente à persistência da diferença étnica. Para dar conta de uma interpretação alternativa sobre o comportamento de descendentes de imigrantes, Herbert Gans propôs a noção “eticidade simbólica”, que ele considera “o novo estágio de aculturação e assimilação”. O autor posicionou-se no debate e criticou a “teoria em linha reta”, que postulava que tendências de aculturação e assimilação culminariam na absorção do grupo étnico em uma cultura mais ampla ou o desaparecimento dos grupos étnicos numa única sociedade hospedeira. Por outro lado, pôs em questão o fenômeno do “revival ethnic”, com frequência atribuído à terceira geração de imigrantes (GANS, 1996). Para Gans, os laços étnicos continuam a se esvanecer na 3ª geração, porém as pessoas permanecem percebendo a si próprias como “étnicas”, seja em termos sagrados ou seculares. A hipótese do autor é que, nessa geração, as pessoas estão cada vez menos interessadas em suas organizações e culturas étnicas e,

por outro lado, mais preocupadas em manter sua identidade étnica expressando-a em meios apropriados, os quais podem ser descritos como: 1) mais voluntários, 2) mais fáceis e intermitentes, 3) não conflitam com outros modos de vida, 4) não demandem muita participação, 5) e, sobretudo, se expressam de um modo simbólico. Para Gans, a etnicidade não pode existir fora de um grupo, e nesse sentido, etnicidade simbólica pode ser vista como um indicador da persistência de culturas e grupos étnicos. Contudo, ela não requer grupos funcionais ou redes.

A noção “eticidade simbólica” pode ser muito operativa para vários estudos que lidam com descendentes de imigrantes esquecidos da língua dos antepassados, com associações étnicas sem sucessores para administrá-las, sem instituições ou práticas de memória, mas que, todavia, manifestam aqui ou ali seu pertencimento: gostam de ser reconhecidos como “polaco” ou “ucraniano”, estão em redes sociais étnicas, participam de festividades, viajam ao país dos antepassados, possuem e portam objetos étnicos, etc.

Mais recentemente, segundo Osvaldo Truzzi, ampliou-se a recuperação do conceito de assimilação em novos moldes. Ao longo das décadas, o foco na pluralidade étnica (formação, persistência, transformação e relevância de identidades culturalmente demarcadas), aliado ao criticismo ao modelo clássico de assimilação, “acabaram por eclipsar e descartar toda uma problemática definida sobre modelos de incorporação de imigrantes, avaliados sob uma perspectiva intergeracional, às sociedades de recebimento” (TRUZZI, 2012, p. 531). Truzzi percorre o debate nos Estados Unidos no início deste século XXI o qual propôs que o conceito revisto é adequado à análise das imigrações históricas e fluxos contemporâneos, ou seja, “continua a ser relevante para explicar a incorporação de imigrantes à sociedade, ainda que esta não constitua a única possibilidade”. Para ter este papel, o conceito precisa ser depurado de qualquer etnocentrismo ou “hierarquia de aceitabilidade racial e cultural” e comportar a etnicidade, reconhecendo que as mudanças sociais podem ocorrer em mais de um sentido: “elementos de culturas minoritárias podem ser incorporados à cultura central para criar uma cultura composta” (TRUZZI, 2012, p. 533-536). Os autores comentados por Truzzi, Richard Alba e Victor Nee, não ignoram a influência do papel do Estado (políticas públicas), para além da agência dos indivíduos, no processo de incorporação dos imigrantes à sociedade receptora (TRUZZI, 2012, p. 540).

Ao analisar a pouca recepção do conceito de assimilação em sua versão ressignificada no Brasil, Truzzi destaca a presença do conceito de “redes” nos estudos migratórios, com sua virtude de prover uma visão relacional do mundo social. O autor

conclui que, com a nova orientação proposta ao conceito, “etnicidade e assimilação não se apresentam como irreconciliáveis”, pois o reconhecimento da primeira “não implica necessariamente desqualificar a problemática da incorporação, a longo prazo, de imigrantes a um determinado tecido social” (TRUZZI, 2012, p. 542-543).

Avançando cronologicamente, não podemos esquecer a obra *A Imigração* de Abdelmalek Sayad, cujo original francês é de 1991. Mais que novos conceitos, absorvemos de Sayad formas de interpretação. A imigração é objeto de inúmeras ciências, pois sendo, primeiramente, um deslocamento de pessoas no espaço físico, é também um deslocamento em um espaço qualificado socialmente, economicamente, politicamente, culturalmente (SAYAD, 1998 p. 15). Para o estudo das migrações contemporâneas, destaco três ênfases do autor: a) a imigração se ampara em uma ilusão, em representações contraditórias, pois é ignorada enquanto provisória e não confessada enquanto permanente; b) “Um imigrante é essencialmente uma força de trabalho, e uma força de trabalho provisória, temporária, em trânsito”; c) “O imigrante põe em ‘risco’ a ordem nacional forçando a pensar o que é impensável [...] forçando-a a revelar seu caráter arbitrário” (SAYAD, 1998, p. 45, 54, 274). As análises de Sayad têm por objeto populações que emigram para países mais desenvolvidos que os de origem, com expectativas tanto de um mercado de trabalho mais favorável quanto de um retorno em melhores condições, movimento que tem se tornado mais visível e frequente inclusive no Brasil, e, neste sentido, o autor comparece como referência em um estudo sobre imigrações recentes de haitianos e senegaleses para uma cidade do sul do Brasil (HEREDIA, GONÇALVES, CAMARGO, 2016).

Este parâmetro, contudo, não corresponde, de modo geral, às migrações do século XIX, nas quais a obtenção de terra foi, quase sempre, efetiva e o retorno ao país mais raro. Como contraponto à relação exposta por Sayad, entre os indivíduos imigrantes e os Estados nações (de partida e de chegada), veja-se o caso de imigrantes poloneses no início do século XX, ou seja, quando a Polônia ainda não era uma nação independente, o que dava ensejo a movimentos políticos muito dinâmicos. O *Kurier Lwowski* era um jornal publicado desde 1883 na cidade de Lvov, situada na região da Galícia, então sob domínio austríaco.<sup>iv</sup> Por sua linha progressista era atacado pelo clero e pelos conservadores e, mesmo sendo dirigido à intelligentsia e à burguesia de Lvov, era lido por camponeses. O contexto histórico do período aponta para a existência de movimentos e agentes sociais que se propunham a orientar as correntes emigratórias e demandavam, eles próprios, políticas de governo:

A problemática emigratória aparecia com frequência nas páginas do *Kurier Lwowski*. Diante do superpovoamento e do atraso econômico da Galícia, a redação considerava a emigração sazonal, da mesma forma que a colonizadora, como uma necessidade. Não havia sentido em discutir se o próprio fenômeno era bom ou mau, porque essa questão devia ser resolvida pela própria vida – dizia um dos artigos [1913]. A emigração é uma parte orgânica da política exterior de todo Estado ou nação (MAZUREK, 2016, p. 207).

Mais recentemente, os estudos migratórios incorporaram o termo “diáspora”. A primeira vez que notei a expressão “diáspora” aplicada a grupos imigrantes que não fossem judeus foi na 13ª Conferência Internacional de História Oral, em 2004, em Roma. Havia um Grupo de Trabalho sobre “Diáspora Italiana” que dividiu-se em três sessões, uma sobre América do Norte, outra sobre Europa Central e uma terceira denominada “Identidade”. Observando os *papers*, percebe-se que o termo diáspora não está presente, e, por conseguinte, estes anais também não apontavam uma discussão sobre o fenômeno. E quais seriam as virtudes do termo para os estudos de imigração?

No Dicionário de Relações Étnicas e Raciais, cuja edição de 1996 deu origem à versão brasileira do ano 2000, Steven Vertovec já havia afirmado que, para além do seu significado clássico, relacionado à experiência judaica (estendida à experiência de armênios e africanos), de deslocamento forçado e sonho de retorno, diáspora passou a descrever “praticamente qualquer comunidade transnacional, ou seja, uma comunidade cujas redes sociais, econômicas e políticas atravessam as fronteiras das nações-estado”, uso que o autor considera excessivo e subteorizado (VERTOVEC, 2000, p. 169). Antes da generalização do fenômeno das redes internacionais, vários autores, na esteira de Max Weber, haviam postulado que a identidade étnica se caracteriza pela crença em uma origem comum, e, “para os descendentes dos imigrados e os povos em diáspora, o território de origem constitui um recurso sempre disponível, mesmo quando as semelhanças culturais e linguísticas já se apagaram” (POUTGNAT, STREIFF-FENART, 1996, p. 162-3).

A versão da diáspora como “produção cultural”, da qual Stuart Hall seria o principal exemplo, privilegia a construção de identidades entre os povos na diáspora através de estilos elaborados e representações em constante mutação (VERTOVEC, 2000, p. 170). Como se pode perceber, o termo “diáspora” difundiu-se prescindindo de enquadramentos mais precisos.

Encerrando esta releitura de noções e conceitos que têm acompanhado os estudos das migrações internacionais, destaco a presença crescentemente frequente do termo “transnacional” (WEBER, GOODMAN, 2018). A abordagem transnacional promete sair do “nacionalismo metodológico” que 1) privilegia o estado-nação como unidade e escala

para pesquisas, 2) naturalizando-o de maneira que nega sua própria historicidade e 3) ignora os fenômenos que por natureza não cabem dentro da caixa estado-nação (WIMMER, SCHILLER, 2003). A crítica é dura e pergunto quanto dos estudos conhecidos sobre imigrantes podem ser rotulados como tendo incorrido em “nacionalismo metodológico”. Se recuarmos ao final dos anos 1950, no Brasil, vemos, com efeito, que “a questão imigrante pareceu, à jovem geração de cientistas sociais que se afirmava, como comunitária demais e nacional de menos” (OLIVEIRA, 2018, p. 220); entretanto, como visto acima, nas décadas subsequentes sobreviria a crítica ao referencial teórico da assimilação/aculturação.

Mesmo quando não existiam as modernas tecnologias de comunicação e transporte, que possibilitam um contato mais frequente entre migrantes e seus países e culturas de origem, as fronteiras nacionais do país de acolhida não eram limites estanques aos quais os imigrantes deveriam se moldar. Se viagens para rever parentes na Europa eram impensáveis para as famílias de camponeses, movimentos de ida e vinda e trocas culturais ocorreram de diferentes maneiras; além disso, havia deslocamento de imigrantes entre os países vizinhos ao Brasil. Memorialistas e historiadores não foram insensíveis ao trânsito de ideias e pessoas:

[...] lá longe, no distante Rio Grande do Sul, foi realizado o projeto de fundação de uma União Nacional Polonesa na América do Sul. Associaram-se a ela sete sociedades de Guarani, duas de Ijuí e duas de Missiones, na Argentina. Entre 1916 e abril de 1918, a União editou o seu órgão – o “Tygodnik Zwiaskowy” (Semanário da União). É verdade que em 1918 a União desintegrou-se, mas em todo o caso a distância de Guarani mostrou que mesmo “no mato” pode-se criar uma organização útil e de atuação ampla (GLUCHOWSKI, 2005 [1927], p. 149).

Gostaria de observar que a proposta do emprego termo “transnacional” em artigos científicos parece corresponder à necessidade de inovação que pressiona o meio acadêmico, o que, por um lado, garante o avanço científico, mas, por outro, pode obliterar pesquisas fecundas realizadas no passado. Para citar um exemplo, Barbara Weistein descreve os méritos da “ótica transacional” por esta analisar a imigração “no sentido de um circuito em que existem muitas redes de contato, compromisso, intercâmbio e várias formas de movimento e identidade”, enquanto a velha historiografia da imigração, da Argentina, do Brasil, dos Estados Unidos produziria uma história composta simplesmente de um “ponto de origem, a transferência geográfica, e a chegada à terra nova” (WEINSTEIN, 2013, p. 20). Cabe um questionamento a este ponto de vista: entre os polos do velho e do novo não há uma produção acadêmica que trata de identidade e imigração sem ter recorrido ao termo transnacional, mas sem operar com uma visão restrita de origem-transferência-chegada?

Vejamos um estudo de migração considerada “transnacional”, apresentado no 13º Congresso Internacional de História Oral de 2004. Susan Rose realizou uma pesquisa com trabalhadores migrantes sazonais que partem do México para colher pêssegos, peras e maçãs em uma grande fazenda de um condado da Pensilvânia. A autora observou que muitos mexicanos estavam se estabelecendo na Pensilvânia, mas também que outros, casados, deixavam sua esposa e filhos no México, ao qual retornavam periodicamente. O termo “transnacional” aparece na expressão “conexão transnacional” entre México e Estados Unidos, “mantida largamente através da comunicação de indivíduos e famílias uns com outros”, os quais formam “transnational communities” (ROSE, p. 9, 17). Ainda que o texto de Rose concentre o foco da ação social em famílias e indivíduos, o Estado não está ausente, e funcionários do governo também foram entrevistados.

As novas propostas analíticas podem fornecer chaves para reinterpretar as correntes migratórias mais antigas, ampliando os enfoques das pesquisas. Por exemplo, podemos cogitar que tivemos comunidades transnacionais no passado, mesmo com as limitações de transportes e meios de comunicação. Por outro lado, uma noção como “absorção” de imigrantes pode auxiliar a interpretar os processos contemporâneos de instalação de comunidades imigrantes mais duradouras em um novo país. Em suma, e explicitando um pressuposto que direcionou este artigo: para afirmar seu potencial, os expedientes de argumentação das novas teorizações e interpretações no campo dos estudos migratórios devem contextualizar e endereçar de modo claro a crítica às obras anteriores, evitando, por outro lado, a anulação peremptória de velhos conceitos por meio dos quais as ciências humanas pautaram agendas de reflexão que continuam vigentes.

## Referências

- BANTON, Michael. Assimilação. In: CASHMORE, Ellis. *Dicionário de relações étnicas e raciais*. São Paulo: Summus, 2000, p. 84-86.
- BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras [1969]. In: POUTIGNAT, P., STREIFF-FENART, J. *Teorias da Etnicidade*. São Paulo: Editora da UNESP, 1998 [1995], p. 187-227.
- BRUM, Rosemary Fritsch. *Tempos narrados: os espanhóis em Porto Alegre*. Porto Alegre: Ed. Animal, 2013.
- EISENSTADT, Shmuel. N. Characteristics of migration and immigrant absorption. In: \_\_\_\_\_. *The absorption of immigrants*. London: Routledge & Kegan, 1954. p. 1-26.

- GANS, Herbert J. Symbolic Ethnicity: The future of ethnic groups and cultures in America. In: SOLLORS, W. (ed.). *Theories of ethnicity: a classical reader*. New York: NY University Press, 1996, p. 424-459.
- GLUCHOWSKI, Kazimierz. *Os poloneses no Brasil: subsídios para o problema da colonização polonesa no Brasil*. Porto Alegre: Rodycz & Ordakowski Editores, 2005 [1927].
- HERÉDIA, Vania B. M., GONÇALVES, Maria do Carmo S., CAMARGO, Caroline. Migrações internacionais: impactos culturais na hospitalidade numa cidade média brasileira. In: XIII SEMINÁRIO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO 2016. *Anais do Seminário da ANPTUR*. 2016. Disponível em <<https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/13/492.pdf>>. Acesso em 10 jan. 2019.
- MAZUREK, Jerry. *A Polônia e seus emigrados na América Latina (até 1939)*. Goiânia: Espaço Acadêmico, 2016.
- OLIVEIRA Márcio de. A sociologia da imigração no Brasil entre as décadas de 1940 e 1970. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 20, n. 49, p. 198-228, set-dez 2018.
- ROSE, Susan. Between Here and There. Families Forming Transnational Communities. Peribán de Ramos, Michoacán, México and York Springs, Pennsylvania, U.S.A. In: XIII INTERNACIONAL ORAL HISTORY CONFERENCE, 2004, Roma. *Atti del Convegno*, 2004.
- SAYAD, Abdelmalek. *A Imigração*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.
- SEYFERTH Giralda. Assimilação dos Imigrantes no Brasil: inconstâncias de um conceito problemático. In: XXIV ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. Petrópolis, 2000.
- TRUZZI Oswaldo. Assimilação Ressignificada: Novas Interpretações de um Velho Conceito. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 55, n. 2, p. 517-553, 2012.
- VERTOVEC, Steven. Diáspora. In: CASHMORE, Ellis. *Dicionário de relações étnicas e raciais*. São Paulo: Summus, 2000. p. 169-171.
- WEBER, Regina. Grupos Étnicos, Estratégias étnicas. In: SIDEKUM, A., ARENDT, I., GRÜTZMANN, I. *Campos múltiplos: identidade, cultura e história. Festschrift em homenagem ao Prof. Arthur Blasio Rambo*. São Leopoldo: Nova Harmonia/Oikos, 2008. p. 235-255.
- WEBER, Regina. Espanhóis no Sul do Brasil: diversidade e identidade. *História: Questões & Debates*, Curitiba: Editora UFPR, n. 56, p. 137-157, jan./jun. 2012.
- WEBER, Regina, TRINDADE, Rhuan T. Zaleski. Imigrantes poloneses no Brasil no contexto da dominação austríaca. *Revista del CESLA*, n. 19, 2016, p. 269-289. Disponível em: [http://revistadelcesla.com/web/files/Archivos\\_19\\_2016/RdC\\_19\\_269-290\\_WEBER.pdf](http://revistadelcesla.com/web/files/Archivos_19_2016/RdC_19_269-290_WEBER.pdf)
- WEBER, Regina, GOODMAN, Glen. Comparada, Conectada, Mundial/Global ou Transnacional: A história da imigração entre tantos rótulos. In: ELMIR, C. P.; WITT, M. A. e TRUZZI, O. (orgs.) *Imigração nas Américas: estudos de história comparada*. São Leopoldo: Oikos/UNISINOS, 2018.

WEINSTEIN, Barbara. Pensando a história fora da nação: a historiografia da América Latina e o viés trans-nacional. *Revista Eletrônica da Anphlac*, n. 14, p. 9-36, 2013.

WIMMER, Andreas; SCHILLER, Nina Glick. Methodological Nationalism, the Social Sciences, and the Study of Migration: An Essay in Historical Epistemology. *The International Migration Review*, v. 37, n. 3, p 576-610, out. 2003.

XIII INTERNACIONAL ORAL HISTORY CONFERENCE, 2004, Roma. *Atti del Convegno*, 2004. Disponível em: <http://maliacollective.net/oralhistoryprogram.pdf>. Acesso em 5 jan. 2019.

Recebido: 26/03/2019

Aceito: 20/04/2019

Publicado: 13/05/2019

---

<sup>i</sup> Historiadora com graduação e mestrado na UNICAMP e doutorado em Antropologia Social pelo Museu Nacional (UFRJ). Atualmente é professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: regina.weber@ufrgs.br

<sup>ii</sup> Segundo Seyferth (2000, p. 9), a teoria do “crisol das raças” já estava desacreditada na década de 1940.

<sup>iii</sup> Para acompanhar a diferença entre os conceitos de assimilação e aculturação na obra de Willems, veja-se Oliveira (2018).

<sup>iv</sup> Sobre o “grupo de Lwów [Lvov]” ver Weber, Trindade (2016).